tubro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com Ana Paula Palma Sancho [...].»

deve ler-se:

«[...] procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 12743/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 25 de outubro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com Ana Paula da Palma Sancho [...].»

19 de fevereiro de 2019. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

312094275

Declaração de Retificação n.º 244/2019

Retificação do Anúncio n.º 31/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019 — Abertura do procedimento de classificação do conjunto de seis pirogas monóxilas provenientes de recolha arqueológica realizada no rio Lima.

Por ter saído com inexatidões o Anúncio n.º 31/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019, procedeu-se, através da presente declaração, à retificação do então publicado. Assim, onde se lê:

«1 — [...] foi determinada a abertura do procedimento de conversão da anterior forma de proteção (inventariação) das pirogas com os números 2 e 4 e proposta de classificação do conjunto completo de seis pirogas provenientes de recolha arqueológica subaquática realizada no Rio Lima com os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6, [...]»

deve ler-se:

«1 — [...] foi determinada a abertura do procedimento de classificação do conjunto de seis pirogas monóxilas provenientes de recolha arqueológica subaquática realizada no Rio Lima com os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6, [...]»

26 de fevereiro de 2019. — A Diretora-Geral, *Paula Araújo da Silva*.

312111398

CULTURA E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Biblioteca Nacional de Portugal

Aviso n.º 4355/2019

Nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 13 de fevereiro de 2019, foi homologada a avaliação final do período experimental do trabalhador Rodrigo José Fortunato da Silva Coito na carreira/categoria de assistente técnico. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 14,2 valores, de acordo com o processo de avaliação previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP.

18 de fevereiro de 2019. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

312090249

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Direção-Geral do Ensino Superior

Aviso n.º 4356/2019

Considerando o valor da variação do índice médio de preços no consumidor no continente relativo ao ano anterior, excluindo a habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística;

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do Despacho n.º 12304/2012 (2.ª série), de 20 de setembro, torna-se pública a atualização da tabela de emolumentos a cobrar pela Direção-Geral do Ensino Superior a partir de 1 de março de 2019, constante do anexo a este aviso.

7 de março de 2019. — O Diretor-Geral do Ensino Superior, *Prof. Doutor João Queiroz*.

ANEXO

Direção-Geral do Ensino Superior

Tabela de emolumentos

Atualização de 1 de março de 2019

1 — Documentos relativos a estabelecimentos de ensino superior privados encerrados:	
1.1 — Diploma ou certificado de habilitações constante da documentação entregue:	
1.1.1 — Entrega do original.	7,40 €
1.1.2 — Cópia autenticada pela Direção-Geral do Ensino Superior	15,90 €
1.2 — Declaração de inscrição num curso.	26,50 €
1.3 — Declaração de aprovação em unidades curriculares e respetiva classificação (¹):	
Pela emissão da declaração	26,50 €
Por cada unidade curricular além da primeira.	4,00 € (²)
1.4 — Declaração de conclusão de curso e obtenção do grau.	106,00 €
1.5 — Cópia dos programas de unidades curriculares de planos de estudos de cursos conferentes de grau:	
Pela emissão do documento.	15,90 €
Por cada página além da primeira	0,50 €
1.6 — Documento comprovativo de resultados constante da documentação entregue:	
1.6.1 — De provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos	
1.6.1.1 — Entrega do original	7,40 €
1.6.1.2 — Cópia autenticada pela Direção-Geral do Ensino Superior	15,90 €
1.6.2 — Do exame extraordinário de avaliação da capacidade para acesso ao ensino superior (Decreto-Lei n.º 198/79, de 29 de junho)	
1.6.2.1 — Entrega do original	7,40 €
1.6.2.2 — Cópia autenticada pela Direção-Geral do Ensino Superior	15,90 €
1.7 — Declaração referente a:	
1.7.1 — Resultados das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos	15,90 €
1.7.2 — Resultados do exame extraordinário de avaliação da capacidade para acesso ao ensino superior (Decreto-Lei n.º 198/79, de 29 de junho)	15,90 €
1.7.3 — Ingresso através das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos	15,90 €
1.7.4 — Ingresso através do exame extraordinário de avaliação da capacidade para acesso ao ensino superior (Decreto-Lei n.º 198/79, de 29 de junho)	15,90 €
1.8 — Declaração de contagem de tempo de serviço de pessoal docente.	31,80 €
1.9 — Outras declarações:	
Pela emissão do documento.	15,90 €
Por cada página além da primeira	5,30 €
2 — Equivalência e reconhecimento de habilitações nacionais:	
2.1 — Certidões de equivalência ou reconhecimento de habilitações nacionais conferidos, designadamente, ao abrigo:	37,10 €
i) Do Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 100/90, de 20 de março (bacharelato e diploma de estudos superiores especializados em Enfermagem);	
ii) Do Decreto-Lei n.º 281/97, de 15 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 130/98, de 13 de maio (bacharelatos e diplomas de estudos superiores especializados na área das Tecnologias da Saúde);	
iii) Do Decreto-Lei n.º 675/75, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 411/85, de 16 de outubro (bacharelato e licenciatura em Educação Física);	
iv) Da Portaria n.º 1144/90, de 20 de novembro	
3 — Reconhecimento de graus e diplomas de cursos ministrados em Macau	
3.1 — Averbamento, no verso da carta de curso, dos reconhecimentos conferidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 19/95, de 28 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 145/99, de 3 de maio	37,10 €
4 — Equivalência e reconhecimento de habilitações superiores estrangeiras:	
4.1 — Certidões de equivalência ou de reconhecimento de habilitações superiores estrangeiras	37,10 €
5 — Registo de habilitações superiores estrangeiras:	
5.1 — Reconhecimento automático de graus académicos estrangeiros, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, regulado pela Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro.	27,60 € (³)